



# Anais da Assembleia

No. 114

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 173.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Alfredo Gulin e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Nelson Buffara, Otássio Pereira e Trajano Bastos (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição Número 446/77, Veto aposto ao Projeto de Lei Número 112/75, de autoria do Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO — que estende a funcionários aposentados em períodos anteriores a 1.970, os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei Número 6.174, de 16.11.1970. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., pela manutenção do Veto., por unanimidade.—

### OFÍCIO NÚMERO 101/77

Curitiba, 11 de julho de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício número 48/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Número 112/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Visa o autógrafo estender aos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, a incorporação aos seus

proventos de inatividade, os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

3. O não acolhimento ao projeto de lei em questão, decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade em face do preceito contido no art. 25, § 1o., alínea c, da Constituição do Estado, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a exclusiva competência para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

4. Ademais, vale ressaltar que o preceito contido no art. 35 da Constituição Estadual, reafirmando a inconstitucionalidade apontada, confere, ainda, ao Governador do Estado a competência para a propositura de leis que “abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem ou aumentem a despesa pública.”

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Junior.

Governador do Estado

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, existem 25 Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO NÚMERO 446/77.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, não tive acesso ao processo e as demais informações sobre esse projeto, sobre o veto. Eu consultaria à Mesa, com relação ao prazo de que dispõe esta Casa para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência procurará, assessorando-se, calcular o prazo que este processo está na Casa.

Foi recebido às 16,00 horas, do dia 12 de julho de 1977. Considerando que no período de recesso não se contam os prazos, a Presidência realmente informa que se computados os 31 dias do mês de agosto, a matéria estaria com prazo vencido na data de ontem.

Esgotaria o prazo às 16,00 horas de hoje.

O SR. ENÉAS FARIA — É lamentável, Sr. Presidente. Eu apenas estranho e isso me parece, neste momento, não cabe culpa maior à Mesa.

Mas, veja aqui, que a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu o Parecer a esse Veto em 17/8, deste ano.

E como a matéria tramita exclusivamente nesta Comissão, não via, não vejo e estranho, Sr. Presidente, as razões da demora deste processo, que nos parece da mais alta importância para a vida de uma parcela considerável do funcionalismo público do Estado, em inatividade.

Lamentável que tenha dormitado em alguma gaveta, em algum escaninho desta Casa, para que só hoje, com o prazo esgotado se dar a esta Casa, a este Plenário, aos Srs. Deputados, a oportunidade de apreciar a matéria.

Diante disso, Sr. Presidente, requereria à Mesa, requereria que fosse essa sessão, que já se aproxima do seu término, fosse levantada para ter prosseguimento após a sessão ordinária, quando teríamos então oportunidade de debater, discutir e deliberar.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a máxima satisfação de informar ao eminente Deputado, que a Comissão de Constituição e Justiça, através do seu Presidente, Paulo Camargo, distribuiu ao eminente Sr. Deputado Ezequias Losso, a matéria, a 2 de agosto de 1977, para receber, naquela Comissão, o parecer. S. Exa. o Sr. Relator, realmente relatou a 17 de agosto de 1977, e já, no dia 18 de agosto, a Comissão competente fichou o processo. Mas, a Presidência também estranha que tenha o seguinte parecer: à Sessão da Ordem do Dia, para inclusão na sessão extraordinária de 15/9/77, despacho exarado ontem, dia 14/09/77.

Realmente há um lapso de tempo que se pode considerar de praticamente vinte dias corridos. E considerando-se sábados, domingos, Semana da Pátria que nós não estivemos funcionando, realmente nós incluiríamos cerca de 12 ou 13 dias se há sessões neste lapso de tempo. E por isso, computar então cinco ou seis dias úteis em que o projeto de lei tramitou.

O que a Presidência poderá, registrando e acatando a questão de ordem levantada, pelo eminente Líder em exercício do Movimento Democrático Brasileiro, é alertar o Departamento Legislativo, com as Divisões competentes para que, no futuro, se apercebam da decorrência de prazo e façam o possível para dar à Presidência condições de anunciar para a Ordem do Dia, matéria dessa natureza, com tempo hábil e não havendo número, por qualquer outra razão que impeça a deliberação do Plenário numa determinada sessão, que se conceda aos eminentes Srs. Deputados tempo para no mínimo de uma semana, para discutir e votar a matéria.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, quantos Srs. Deputados responderam à chamada nominal?

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1o. Secretário informou, que na oportunidade, 25 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. nova chamada nominal, porque este Deputado pode observar que adentraram a este plenário oito Srs. Deputados que não responderam a primeira chamada nominal.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) — Sr. Presidente, é válida a intenção do Deputado Jurandir Messias, apenas consultaria à Mesa, com relação à segunda parte da intervenção anterior que visa com relação ao requerimento, de que se suspendesse a sessão neste momento, para dar-lhe prosseguimento após a sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a informar que a matéria ainda está em fase de discussão. Nesta fase, regimentalmente, a Presidência aceita regimentalmente, deve aceitar toda e qualquer proposição que vise desde a retirada da matéria da Ordem do Dia, com adiamento de discussão e votação, e não vê inconveniente de que se possa levantar esta sessão, para reinstalá-la após a sessão ordinária.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados, que tomem seus lugares para colocar em votação a proposição do Sr. Deputado Enéas Faria. O Sr. Enéas Faria propõe a suspensão desta sessão extraordinária, para reinstalá-la logo após a sessão ordinária que terá início às 14,30 horas.

A Presidência vai colocar em votação a proposta do eminente Deputado Enéas Faria. Antes porém, consulta ao Sr.

Deputado Lúcio Machado que havia solicitado a palavra, pela ordem, se deseja usá-la.

O SR. LÚCIO MACHADO — Permito-me declarar que considero improcedente e até inaceitável a solicitação do nobre Deputado Jurandir Messias, para uma nova chamada nominal. Isto porque foi feita a chamada nominal, os Srs. Deputados que se encontravam presentes no plenário, responderam na primeira e na segunda chamadas, e a Mesa verificou, através da Secretaria, que a presença constava de 25 Srs. Deputados.

Logo, regimentalmente, não havendo 'quorum' para a votação, deve estar suspensa a sessão. É esta a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deputado Benedito

Lúcio: a Presidência lamenta ter que contestar V. Exa. Na oportunidade, foi verificado que existia 'quorum' para prosseguimento porque a sessão pode se instalar com 18 Deputados.

Feita a chamada nominal foi constatada a presença de 25 Srs. Deputados. Agora, a Presidência visualiza daqui, a presença de 29 Srs. Deputados.

E a Presidência deve atender a solicitação do eminente Deputado Jurandir Messias e solicita do Sr. 1o. Secretário, faça a chamada nominal, e depois então colocará em votação a proposição do Deputado Enéas Faria.

Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, entendo que a oportunidade para uma nova chamada não seria esta, e sim, na oportunidade da votação, porque na verdade, o que se tem que constatar, é o 'quorum' para a votação e não para a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Deputado Jurandir

Messias não pediu verificação de votação. Pediu constatação de 'quorum' e a constatação de quorum poderá ser feita a qualquer tempo, mesmo que um Deputado esteja discutindo matéria da tribuna, ou falando ou usando do Pequeno, ou do Grande Expediente. Não há hora determinada regimentalmente, para constatação de "quorum"

Há para verificação de votação, quando a matéria está em fase de votação.

O SR. LINEU TURRA — Eu ficaria com o meu ponto de vista, porque acho que o Regimento Interno aí é omissivo. Mas, eu acho que para ser mais objetivo seria na oportunidade da votação.

E a discussão da matéria não iria importar...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Deputado Lineu

Turra não se apercebeu, de que o Sr. Deputado Jurandir Messias, pretende que Deputados que estão presentes a esta sessão, deixem de levar falta porquanto, estão na sessão, participando das discussões e do processo em votação. A Presidência solicita do Sr. 1o. Secretário, a chamada nominal para constatação de 'quorum' para deliberação.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Há 'quorum' para prosseguimento da sessão.

A Presidência suspende a presente sessão, reinstalando-a com a mesma Ordem do Dia, ao término da sessão ordinária. É suspensa a sessão.

### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

#### ATA DA 174ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli,

Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Nelson Buffara, Otássio Pereira e Trajano Bastos (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com o apoio do Plenário, requer regime de urgência para os Projetos de Lei números 81, 91 e 109, todos barra 77.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

#### JUSTIFICATIVA:

É a Região Norte Pioneira do Paraná, social e politicamente das mais importantes e povoadas de nosso Estado. Profundamente interessada no "Esporte das Multidões", está a região atualmente com três (03) clubes representados no Campeonato Paranaense pela Divisão Especial, a saber: o União, de Bandeirantes, o Matsubara, de Cambará e o Nove de Julho, de Cornélio Procopio. Conta, potencialmente, dado o interesse que a inclusão solicitada pelo presente requerimento, deve ensejar, com grandes centros como Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, cujo interesse futebolístico, por certo, seria estimulado, ampliando o número de participantes que disputariam entre si, a vaga pleiteada.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EMILIO SANTANA DE MORAES ocorrido em União da Vitória, em 15/09/77.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso pedido por tratar-se de pessoa pertencente a tradicional família de União da Vitória e residente na mesma.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente..

Na qualidade de Relator dos Projetos de Lei nos 85/77 e 96/77, respectivamente, de autoria dos nobres Deputados Trajano Bastos de Oliveira e Aragão de Mattos Leão, solicito que seja encaminhado, na forma do Art. 126, do Regimento Interno, requerimento à consideração do Plenário, no sentido de que am-

bos sejam anexados, por versarem sobre idêntico teor (Declaração de Utilidade Pública da Creche Madre Clélia Merloni, da cidade de Guarapuava), e posteriormente serem apreciados por esta Comissão.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem seja votada moção de apoio à inclusão de um clube de futebol representativo da região paranaense do Norte Pioneiro, a ser destacado dentre aqueles que disputam o campeonato pela Divisão Especial, presentes atualmente, o União, de Bandeirantes, o Matsubara, de Cambará e o Nove de Julho, de Cornélio Procopio, para disputar o próximo Campeonato Nacional de Clubes, de 1978, e que seja, outrossim, ouvido o Plenário, desta moção, dada ciência ao Exmo. Sr. Ministro Ney Braga, DD. Ministro da Educação e da Cultura, ao Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Almirante Heleno Nunes, DD. Presidente da Confederação Brasileira de Desportes, ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(aa) Ivan Rüppel, Gabriel Manoel, Fuad Nacli,

Wilson Fortes, Lúcio Machado, Francisco Escorsin, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima e Augusto Carneiro

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, formulando reivindicação no sentido de que seja edificado, com urgência, muro em volta do prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Paissandú.

Em razão da inexistência do melhoramento pretendido, as aulas nesse estabelecimento estão amplamente prejudicadas pelas constantes invasões de curiosos e baderneiros, facilitando também a evasão de alunos irresponsáveis. Os fatores: Segurança e Conservação do prédio estão, outrossim, prejudicados também pela falta de muro protetor.

A Câmara de Vereadores de Paissandú já abordou o assunto, que recebeu o apoio unânime de toda aquela Casa de Leis. Solicitação e denúncia proposta pelo eminente Vereador Benedito Firmino de Oliveira, está sendo encaminhada ao Sr. Governador do Estado, demonstrando a necessidade de construção imediata da obra referida.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário dos Transportes de nosso Estado, solicitando envio a esta Casa, das seguintes informações:

1. — Da programação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, contida no código 3702.16885312.851 - páginas 337 e 338, proposta orçamentária para o corrente exercício financeiro, do valor previsto de Cr\$ 33.750.000,00, para "adquirir e desapropriar imóveis, visando a construção ou ampliação de rodovias", qual a importância efetivamente dispendida até o 3o. trimestre do corrente ano, e quais áreas adquiridas ou desapropriadas, nominando os eventuais vendedores ou desapropriados;

2.o — Da mesma programação, Departamento e Código referente a “Proceder a integração das Regiões: Norte, Norte Pioneiro, Sul, Sudoeste, Oeste, Noroeste, aos Corredores de Exportação” (deixamos de nominar as rodovias constantes pelo grande número ali contido, porém, juntamos ao presente, xerox da página referida) em que estado estavam as mesas no início do presente exercício, qual o estágio das obras até o final do 3o. trimestre deste ano e quais delas serão concluídas até o final do corrente ano?

3.o — Sabendo-se que o montante de verbas dotadas às atividades aqui tratadas é de Cr\$ 1.558.115.000,00 (Hum bilhão, quinhentos e cinquenta e oito milhões e cento e quinze mil cruzeiros), requeremos informar a esta Casa, se houve suplementação desta verba, nominando os decretos, valores, e suas respectivas datas;

4.o — Quando da visita do Sr. Secretário a esta Assembléia pretendíamos ainda perguntar, e o fazemos agora: pelo Ofício 412/75, de 06/06/75, recebíamos a informação que a ligação Maringá - Londrina, formada por trechos - Rodovias BR-369 e BR-376, é de exclusiva responsabilidade do Governo Federal, constando sua duplicação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo projeto está sendo executado pelo DNER, como pelo ofício assinado pelo ilustre Secretário, existe a AFIRMAÇÃO, de que o PROJETO ESTÁ SENDO EXECUTADO PELO DNER, dando a entender que o signatário tem pleno conhecimento do andamento das obras informar em que estágio está o referido projeto, se será executado ou o fato de constar no II PND não passou apenas de “Lista de intenção”.

5.o — Através Ofício no. 205/77, de 18/05/77, firmado pelo mesmo e ilustre Secretário, em resposta a requerimento deste Deputado aprovado em 7 do mesmo mês, solicitando informação com referência aos trabalhos de pavimentação asfáltica, que liga Bom Sucesso a Jandaia do Sul, informava o mesmo Secretário: “Cumpre-nos informar, solicitando a gentileza em ser dado conhecimento ao autor do requerimento aprovado, que o trecho Jandaia do Sul - Bom Sucesso faz parte da Rodovia Federal BR-369, cuja construção e pavimentação é de responsabilidade do DNER. A estrada atual, em leito natural, está sendo conservada pelo DER.” É de nosso conhecimento, que a referida obra, está em fase de concorrência, informar se a mesma será feita pelo DNER ou DER.

6.o — Ainda reportando-nos às respostas através ofícios firmados pelo Sr. Secretário dos Transportes, datado de 05/06/77, o Ofício no. 294/77, respondia a requerimento aprovado por esta Casa em 18/05/77, que solicitava a pavimentação asfáltica do acesso rodoviário ao Distrito de Água Boa, Município de Paissandú, no trecho compreendido entre a Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda até a Estação Rodoviária da sede distrital, informava a Secretaria “que se trata de uma ligação rodoviária que não consta do plano rodoviário estadual” e que, o objetivo principal das obras rodoviárias programadas pelo atual Governo É A EXECUÇÃO DAS RODOVIAS ARTERIAIS E ALIMENTADORAS, FICANDO PARA UMA SEGUNDA ETAPA AS LIGAÇÕES DAS SEDES DOS DISTRITOS MUNICIPAIS; informar a esta Casa, quais os critérios que levaram a Secretaria a proceder a pavimentação asfáltica dos acessos rodoviários de Doutor Camargo, Floriano, Floresta e tantos outros, inaugurados a partir de outubro de 1976, visto que os mesmos também não constavam do plano rodoviário estadual de 1976, e quais as dotações canceladas para cobrir tais obras;

7.o — Informar ainda, se a estrada que liga Campo Mourão a Roncador, trecho de aproximadamente 80 quilômetros, fará parte do plano rodoviário para 1978;

8.o — Detalhar, também, os recursos disponíveis pra a ligação rodoviário Maringá - Santo Inácio, anteriormente dita como do Governo Federal, e agora anunciada como obra estadual, e se a mesma fará parte do plano de obras para o ano

de 1978;

9.o — Se “cada centímetro de terra é importante em nosso Estado”, e a duplicação da pista Maringá - Londrina, com os respectivos contornos das cidades continuar no plano de obras do DNER, seria necessária a desapropriação de extensas áreas de terras para a construção da Free-Way, na mesma direção?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A situação do Magistério Público do Estado do Paraná - que se pretendia equacionada, com condições de há já tanto tempo estar a semear benesses na área educacional e a projetar, para um breve futuro, um nível de ensino sensivelmente melhorado - permanece, ainda hoje, apesar de todo o instrumental de leis de que dispõe o Poder Executivo, estacionária e estagnada como está, inibindo até as reformulações na estrutura da Educação e do Ensino.

A questão presente não é a de, ainda, questionar a nova estruturação imposta pelas leis recentes, mesmo porque, sequer foi iniciada a sua implantação; mesmo porque, na prática, nada ocorreu, no seio oficial, que esteja a indicar que tal fato venha a ocorrer, embora para isso estejam a desprezar prazos legais.

Levanta-se outro aspecto: o imperativo de cumprimento da lei.

Em decorrência da aprovação da Lei Complementar no. 07/76, que instituiu o “Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1o. e 2o. Graus” e que em breve atingirá o seu primeiro ano de vigência, apesar da ausência, até hoje, de quase todos os seus atos complementares, o Poder Executivo adotou a iniciativa de parte da regulamentação, remetendo a esta Casa, em 13 de abril deste ano, projeto de Lei criando cargos, fixando vencimentos e estabelecendo outras providências. A Assembléia Legislativa o aprovou, em 3.a discussão, em data de 22/06/77, dando-lhe redação final no dia 30 do mesmo mês e ano.

O Governador vetou parcialmente a matéria, exatamente sobre um artigo fruto de emenda nascida do consenso total da Casa e da aquiescência de seu próprio líder.

A comunicação da atitude governamental verificou-se em 20/07/77, tendo sido publicada a lei em 25/07/77, em razão do recesso constitucional do Poder Legislativo.

Portanto, lei, é lei para ser obedecida, executada, cumprida.

Em seu § 1o. do art. 2o, estabelece que as vantagens financeiras estabelecidas na lei, para os ocupantes de cargos de Magistério, dos níveis de 16 a 19, seriam devidas a partir de 1o. de agosto de 1977, enquanto para os demais o prazo foi fixado para 1o. de março de 1978.

A discriminação foi estabelecida pelo Poder Executivo, estribada na seguinte argumentação do Governador, na própria mensagem:

“Por outro lado, devo destacar o fato de que o escalonamento da vigência das vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento na nova situação, configura aspecto de inteira e salutar justiça, pois, tais vantagens são antecipadas àqueles de menor remuneração ou sejam, os professores das primeiras séries do ensino de Primeiro Grau”.

Ora, há já muito tempo, o Governo previa a situação.

Reafirmou-se com a remessa do projeto de lei, e obteve a confirmação com sua aprovação, já em 3.a discussão, no mês de junho, no dia 22.

Tudo ajustado, portanto, previsto e provido pelo Governo para o cumprimento da lei.

E não a cumpriu.

Efetuada o pagamento dos vencimentos dos professores do Ensino de 1o. Grau (antigos níveis 16 a 19), relativo ao mês de agosto, se constatou que, contrariando a lei, não foram

conferidas as vantagens financeiras decorrentes da nova situação, isto é, não se colocou em vigor os novos níveis compatibilizados com os novos vencimentos.

Não há razão que justifique a omissão e a ilegalidade. A intenção foi manifestada, o prazo era hábil.

Mas, mesmo assim, sonegou-se o pagamento, com agressão à lei e sérios prejuízos ao funcionalismo atingido.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, as seguintes informações do Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura:

**NÃO TENDO SIDO PAGOS OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU (antigos níveis 16 a 19), DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI No. 6892, EXPLICITAR:**

- Quais as razões que determinaram o não pagamento dos novos vencimentos a partir de 1.º de agosto do corrente ano?
- Foram elaboradas e encaminhadas, pela SEC, na forma competente, as folhas de pagamento?
- Quando pretende o Poder Executivo, em obediência à lei, implantar os novos vencimentos?
- Como pretende e quando, o Governo do Estado, ressarcir os prejuízos decorrentes do não pagamento, na época igualmente fixada, dos novos vencimentos?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 125/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Administrativo de Cachoeira, com as seguintes divisas:

— Inicia no Rio Iguaçu, na foz do rio Miringuava, desce pelo rio Iguaçu até cruzar com a rodovia municipal NX-421, e segue por esta até a NX-004; e por esta até cruzar com a rodovia municipal NX-306; segue por esta até a NX-423 e por esta até a NX-106; segue pela NX-106 e até cruzar com a NX-416 e por esta até a NX-003; segue pela NX-003 até a ponte sobre o rio Miringuava-Mirim, descendo por este até a sua desembocadura no rio Miringuava e por este até a foz no rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

O grande desenvolvimento que vem atravessando a região que integra o Município de São José dos Pinhais, está a exigir que a sua estrutura administrativa seja alterada a fim de que haja maior dinamização e proporciona melhores condições para que com equidade a Administração Municipal possa gerir os destinos daquela comuna que integra a região Metropolitana de nossa Capital.

A região de Cachoeira possui as condições legais essenciais para a sua elevação a Distrito Administrativo, condições essas reconhecidas pelo Legislativo Municipal de São José dos Pinhais, que através do Decreto Legislativo no. 01/77, fotocópia anexa, está a propor.

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 126/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, a PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, com sede à Rua Cel. João Cândido de Oliveira, s/no., Almirante Tamandaré.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Paróquia Nossa Senhora da Conceição, iniciou suas atividades a 04 de fevereiro de 1899, portanto, há quase 90 anos.

Durante todos estes anos, tem prestado inúmeros serviços aos seus paroquianos, bem como, prestado assistência social às pessoas necessitadas que procuram aquela Casa Paroquial.

Além de distribuir alimentos, roupas e medicamentos, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição além de evangelizar adultos e crianças, procura dar-lhes orientações no sentido do aperfeiçoamento moral e intelectual da família.

É uma entidade que não visa lucros, e sim prestar serviços gratuitos à comunidade, não possuindo próprios suficientes à sua manutenção, ficando na dependência de donativos de seus paroquianos e de verbas governamentais.

Desta forma, acreditamos que sendo a Paróquia Nossa Senhora da Conceição uma entidade de real utilidade pública de fato, é merecedora que o seja de direito.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 127/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "PROFa. BENEDITA ROSA REZENDE", a Unidade Escolar construída no Horto Florestal, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei queremos reverenciar e homenagear a memória de uma ilustre mestra, que se notabilizou pela dedicação ao magistério e ao nobre mister da alfabetização.

A professora Benedita Rosa Rezende, nasceu em 19 de julho de 1901, na cidade de Jaú, Estado de São Paulo, sendo filha do casal Dr. Eduardo da Silva Rosa e de Dona Maria Rosa Pereira.

Formou-se Professora Normalista pela Escola Normal de Campinas, em 1918, onde lecionou por 5 anos.

Em 1927, transferiu residência para a cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, tornando-se uma das suas fundadoras, e a pessoa que sugeriu o nome para a cidade cujo traçado viria a formar o Centro Urbano que hoje é conhecida como "Bandeirantes".

Em 1943, fixou residência na cidade de Londrina, onde iniciou sua brilhante carreira no magistério paranaense, como regente da 1.ª série primária do Grupo Escolar "Hugo Simas". Especializada em alfabetização, exerceu essa nobre função por 25 anos ininterruptos no mesmo educandário, até a sua aposentadoria em 1968, com 67 anos de idade.

Casada com Alcides Alvim Rezende, deixou prole numerosa de 12 filhos, 6 dos quais professoras normalistas.

Faleceu na cidade de Londrina, em 04 de novembro de 1976, com a idade de 75 anos.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ontem assomamos à tribuna para dar conhecimento à Casa de uma nota que "O Estado do Paraná" divulgou e dizíamos que na oportunidade não tínhamos em mãos, mas que na data de hoje possivelmente, traríamos para que os Srs. Deputados tomassem conhecimento do projeto que foi apresentado nesta Casa pelo ilustre ex-Deputado Estadual, Paulo Poli, em 1966. Isto, a 11 anos atrás, em 23 de setembro. Cujo projeto de lei se encontra na minha mão e que foi aprovado por esta Casa.

Aonde se criavam os distritos de Ouro Roxo que havia um engano, distrito de Anai, e o Distrito de Braganey. Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1966. Assinado, Deputado Paulo Poli, e por mais diversos Srs. Deputados.

Teve como relator o ilustre Deputado, naquela época, José Alencar Furtado, que passou por esta Casa e Presidente da Comissão que era o Deputado Emílio Carazzai. Levaram os pareceres favoráveis para a criação destes distritos de Ouro Roxo que levou o nome enganado, porque era Corbélia, Anai e Braganey.

E posteriormente S. Exa. o Sr. Governador do Estado naquela época, Paulo Pimentel, vetou o projeto em 10 de julho de 1967. Nós temos aqui em mãos a proposição que veio para a Assembléia e esta rejeitou concordando com o veto de S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Nós apenas viemos ao Pequeno Expediente para que não houvessem explorações mais com referência à criação do distrito administrativo de Braganey. Para conhecimento dos Srs. Deputados e da imprensa desta Casa de Leis que aqui estão, nós mandamos tirar um xerox todo, está em nossas mãos, vamos encaminhar a S. Exa. o redator do "O Estado do Paraná", que hoje nos deu uma nota dizendo que o distrito de fato já existe há muitos anos. Eu acredito que foi mais um lapso daquele órgão que bem tem informado às vezes e, às vezes, tem procurado trazer as informações a este Poder Legislativo.

Queria apenas dar conhecimento aos Srs. Deputados que não existe somente um lugarejo do Paraná com o nome de Braganey. Nós conhecemos também perto de Goioerê, um lugarejo com este nome. Como temos Lupionópolis que leva o nome do ex-Governador Moisés Lupion. Munhoz de Mello que leva o nome do ex-Governador e Presidente do Tribunal e de outras cidades aí. E nós não fomos os autores da criação primeiramente daquela localidade. Quem trouxe nome a Braganey, foram os fundadores de Braganey que, primeiramente — alguém aqui nesta Casa deve se recordar — levava o nome de Ney Braga, e logo em seguida, não sei como ou porque, houve alguma conversa e eles inverteram o nome.

Então, queríamos apenas dar uma satisfação aos Srs. Deputados e à imprensa que aqui está nos ouvindo, levando ao conhecimento dos Srs. Deputados de que a nota não deixou de ser um pouco maldosa, porque sabem perfeitamente os Srs. Deputados, que nós fazemos política dentro do mesmo mandato, no Município de Corbélia, assim, se nós tivéssemos procurado trazer o nome do ex-Governador e atual Ministro Ney Braga, àquela localidade, não fugiríamos da responsabilidade de dar o nome, ao distrito, de Ney Braga, porque nos acharíamos responsáveis. Mas não somos os responsáveis pelo nome de Ney Braga, e sim, recebemos — como dissemos ontem — da Prefeitura Municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores, a criação dos distritos administrativos municipais das localidades de Anai, Braganey, Iguatu, Penha; assim sendo, não fizemos nada mais do que a nossa obrigação, solicitando o apoio de todos os Srs. Deputados com assento nesta Casa, como representantes que somos daquela região, Deputados tanto da bancada da Oposição que tão bem representam o Sudoeste, quando Deputados da Aliança Renovadora Nacional, que votaram conosco, procurando fazer com que este projeto fosse sancionado por S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná. Como os jornais ainda hoje noticiaram, S. Exa. nada mais fez, do que dar cumprimento

à lei onde a Assembléia procurou trazer, a Corbélia, os distritos tão desejados. Corbélia hoje é comarca, e se Deus quiser — como dissemos ontem — dentro de pouco tempo será instalada a comarca daquele município que, há pouco tempo ainda era beira de estrada.

Queremos agradecer aos Srs. Deputados presentes e dizer que a nossa presença na tribuna é apenas para que tudo fique bem esclarecido, e que não viemos a ela, criticar alguém, e sim, apenas justificar a nota de ontem, como também agradecer à imprensa, aos jornais que hoje publicaram o nosso pronunciamento de ontem, e noticiando o esclarecimento sobre a criação do Distrito de Braganey.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos, nesta oportunidade, fazer um registro especial em relação ao momento vivido ontem à noite na cidade de Ponta Grossa, quando o Movimento Democrático Brasileiro numa atitude que eu considero louvável — refiro-me ao Diretório Municipal de Ponta Grossa — procurando prestar uma homenagem àquela cidade que hoje completa seus 154 anos de fundação e, também, em prosseguimento à Semana da Pátria, organizou uma reunião onde estiveram presentes todas as figuras representativas daquele município, não só do MDB, como da ARENA e também autoridades outras, civis e militares, que, irmanados todos, fizeram com que brilhasse a perspectiva de um entendimento na família pontagrossense, até ontem um tanto quanto divergida.

Vê-se, e é louvável o esforço do atual Prefeito Luiz Carlos Zuk, procurando a harmonia da família e com uma nova filosofia administrativa implanta um regime para Ponta Grossa, de administração austera e pautada nos mais rígidos princípios de honestidade e lealdade para com sua gente, no sentido de bem aplicar o dinheiro público em obras de base, em obras carentes para o município, e que venham, na verdade, ser um alicerce para o seu desenvolvimento.

Nós, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos destacar que estivemos presentes com o companheiro Deputado Deni Schwartz e lá o ilustre Deputado Deni Schwartz representando o Diretório Regional do MDB e por delegação também da Liderança desta Casa, enalteceu o acontecimento e prestou a sua solidariedade pessoal à cidade e à bancada do MDB.

Nós, nesta oportunidade, também queríamos aqui fazer os nossos votos, para que Ponta Grossa se reencontre, para a harmonia da família e para o seu progresso.

Queríamos ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhar através da Casa, um requerimento para que se faça o registro na ata dos trabalhos do aniversário da cidade de Ponta Grossa, para o qual eu queria contar com uma aprovação dos meus eminentes Pares.

O requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está por mim subscrito e nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e, tendo em vista que no dia de hoje a cidade de Ponta Grossa, sobranceira, comemora 154 anos de sua fundação, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Casa, um voto de regozijo pelo auspicioso acontecimento que, apesar da singeleza, se traduza numa justa e sincera homenagem à sua gente laboriosa, tornando-se extensiva às autoridades municipais que com abnegado carinho conduzem os seus destinos em busca do seu progresso e harmonia das suas famílias.

Do presente, pede seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito



Municipal e Presidente da egrégia Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977."

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

— Ausente o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra, Sr. Presidente, tão somente, para encaminhar requerimento que, por falta de tempo não foi possível datilografar; como é manuscrito eu me permitirei a leitura, porque a minha letra não é lá essas coisas, pode ser que alguém não entenda o assunto todos vão entender, Sr. Presidente.

É o seguinte: — Logo que assumimos esta Casa, nós encaminhamos apelo ao Governador Canet Júnior para que, sem mais delongas, enviasse a esta Casa, mensagem instituindo a contagem recíproca a favor do funcionalismo estadual; uma medida que viria, apenas fazer justiça ao funcionalismo; não era, evidentemente, uma medida de favor. Era uma medida que correspondia a um direito; um direito quase que assegurado, porque a Legislação Federal, através de decreto do Sr. Presidente da República, já tratou do assunto e algumas Unidades da Federação Brasileira já adotaram a contagem recíproca. No entanto, no Estado do Paraná, o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, joga parte da responsabilidade ao Instituto Nacional de Previdência Social, pela não implantação da contagem recíproca.

Por outro lado, o INPS joga a bola para o lado de cá. E, nesse pingue-pongue, quem fica massacrado é o funcionalismo público. Eu não acredito, evidentemente, que tenha havido descaso, que tenha havido desatenção, por parte do INPS, porque eu acho que ao Instituto da Previdência Social, não há muito interesse de que a contagem recíproca não seja adotada pelo Governo do Estado.

Mas, esta Casa votou proposição convertida em lei, do nobre Deputado Maurício Fruet, da bancada do MDB, versando sobre o assunto. A matéria encontra-se sob a apreciação do Sr. Governador, Governador em exercício. O prazo está decorrendo; S. Exa. não vai poder esperar o retorno do Governador efetivo, a reassunção do Governador efetivo para dar uma solução ao caso.

Nessas condições, interpretando o pensamento da maioria do funcionalismo, eu vou encaminhar à apreciação, eu vou encaminhar à consideração da Casa, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à V. Exa., seja encaminhado, com urgência, expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício, Sr. Otávio Cesário Pereira Júnior, formulando apelo para que Sua Excelência, que sempre se revelou sensível às legítimas aspirações dos servidores públicos, sancione no prazo legal, o plano de lei criado desta Assembleia, que institui a contagem recíproca de tempo de serviço em favor do funcionalismo.

Justifica-se o presente apelo tendo em consideração que o assunto é de alta relevância e repercussão social, devendo ser solucionado antes do Governador efetivo assumir, em consequência do apazamento legal.

O conteúdo da proposição é de tamanha relevância, e tão cristalina justiça, que não comporta filigranas de ordem emocional sobre a temporiedade do exercício da governança do Estado, como pretexto para contrariar legítima e já tardante reivindicação do funcionalismo público do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1977."

Sr. Presidente, eu espero que a Mesa, se aprovado, pela Casa, o requerimento, encaminhe, com a devida urgência, ao Sr.

Governador em exercício para que esse tome uma resolução que seja compatível com as elevadas funções que está ocupando, qual seja, de supremo magistrado do Estado.

A medida não é favor; a medida é justa e a sanção irá beneficiar um sem número de funcionários que esperam, realmente, essa medida do Governador em exercício. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos, nesta semana, a visita a esta Casa do Sr. Secretário de Transportes. Veio aquele ilustre Secretário fazer, para conhecimento dos Srs. Deputados, uma explanação geral sobre o plano de obras em sua Secretaria, que o Governo do Estado tem para o presente ano.

Das notas taquigráficas conseguimos levantar, separar alguns tópicos de sua manifestação. Inicialmente queremos nos referir à estrada que ligará Maringá a Londrina, a chamada "free way", ou via rápida, como queiram.

Disse o Senhor Secretário que a idéia é uma idéia nova que está sendo lançada agora para discussão, que estão sendo procuradas agora informações no exterior, e me parece viaja hoje para a França, para a conquista lá de recursos para a construção desta estrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que o meu Norte do Paraná terá que continuar pagando pelo desenvolvimento total do Estado e sem falsa modéstia nenhuma, sem modéstia mesmo nenhuma, também por parte do desenvolvimento de uma parte do Estado de São Paulo. O Norte do Paraná sustentou este Estado com sua madeira; desenvolveu este Estado com a sua cultura de café e culturas intercalares de feijão, arroz, milho etc. O Paraná só sacudiu-se no esporte, quando através do Londrina, até do Mandaguari e de Maringá passaram a ganhar campeonatos regionais, fazendo com que os clubes da Capital também se deslocassem em condições de disputar em igualdade e agora até com superioridade. Quando a TELEPAR chegou no Norte do Paraná, em Maringá especificamente, nós já tínhamos lá a Companhia Telefônica do Paraná, fundada e mantida por maringaenses e implantado o primeiro serviço de discagem automática neste Estado.

Vejam o pioneirismo de nossa região. O café que por tantos anos sustentou este Estado e este Brasil e de cujo confisco o Governo se utiliza para experiências em outras áreas do País, fora de nosso Estado, em prejuízo de nossa região.

Mas, o Norte do Paraná, não podia fugir à regra, teria que ser também, a primeira região do Estado, a primeira região do País, que além dos seus impostos, que além de toda a carga tributária que recebe, terá que pagar também, a sua Rodovia, à parte sem nenhuma vinculação com a arrecadação enorme, já que o Estado e a Federação obtém de toda aquela vasta região.

Mas, vejam os Senhores, eu não aceito a colocação feita pelo Secretário de Estado, ao dizer que "Free Way" em Maringá-Londrina é uma idéia nova, surgida agora. Porque aqui está um "xerox", da "Folha do Norte do Paraná" e vejam a data que é significativa:

13 de novembro de 1976 — Dois dias antes das eleições. Com uma manchete de primeira página, uma "Free Way" vai ligar Maringá a Londrina.

Afirmava este jornal por informações diretas do gabinete do Governador do Estado e aqui está a declaração:

"O Embaixador do Brasil na França, Delfim Neto, está negociando em nome do Governo do Paraná, um grande financiamento para a construção de uma "Free Way" entre Maringá e Londrina."

Mais adiante:

"Na última quinta-feira, durante as solenidades de inauguração dos serviços de discagem direta internacional, da cidade

de Paranaguá, o Governador Canet Júnior, aproveitou para fazer uma ligação para o Embaixador Delfin Neto, em Paris, e agradecer o seu empenho para o contrato de financiamento que será negociado no prazo mais curto possível e para que, em consequência, a gigantesca obra pudesse ser iniciada também, no mais curto prazo possível."

Portanto, já em novembro de 76, estrategicamente, dois dias antes das eleições, os jornais da minha região, já davam a manchete; quantos votos deve ter carreado para o Partido Situacionista, uma notícia como esta.

Porque não disse nesta oportunidade as autoridades responsáveis, que esta estrada seria paga por quem passasse por ela; que nós teríamos que pagar pedágio.

Sobre o mesmo assunto ainda, o Sr. Secretário informava a esta Casa, que o último levantamento que ele possuía, levantamento de tráfego, e dizia aqui, que foi feito, se não me falha a memória, em 1975. Também não aceitamos. Porque há menos de 30 dias, entre Maringá e Marialva, havia uma barreira, um posto de fiscalização e logo adiante, uma placa estatística; onde funcionários treinados paravam os carros, com o auxílio da Polícia Rodovia, perguntando se os motoristas, se os proprietários, concordavam com o pagamento de pedágio para a construção dessa nova rodovia.

Claro que a maioria dizia que sim. E a pergunta ia mais longe: se concordavam pagar 5, 10, 15 ou 20 cruzeiros de pedágio por vez que passasse.

Não sei o resultado obtido. Quando passei, por duas vezes consecutivas, informei que o pedágio, se fosse cobrado, deveria ser entre 5 e 10 cruzeiros.

Portanto, deve ter a Secretaria de Transportes, porque esses mesmos funcionários diziam — quando perguntei: "quem vai construir a estrada?" Dizia: "nós". "Nós quem?" "O Governo".

Ora, agora é o Governo que vai fazer. É a primeira estrada concedida no País!

Maís uma vez, repetimos, o Norte do Paraná será o pioneiro. O Norte do Paraná vai pagar mais caro para ter o conforto que merece. Mas ainda, sobre a "free way", ou sobre a ligação Maringá-Londrina, fiz nesta Casa, em 7 de maio de 1975, um pronunciamento, e requeria informações do Sr. Secretário de Transportes como estava a grande luta do Norte do Paraná pela duplicação daquela pista Maringá-Londrina, composta das rodovias 369 e parte de 376.

Respondia-me o Secretário que "a ligação Maringá-Londrina, formada por trechos das rodovias BR-369 e BR-376, é de exclusiva responsabilidade do Governo Federal, constando a sua duplicação no II PND, cujo projeto está sendo executado pelo DNER".

Ainda perguntamos: "como, pelo ofício assinado pelo ilustre Secretário de Estado existe a afirmação de que o projeto estava já, em 1975, sendo executado pelo DNER, dando a entender o signatário que tem pleno conhecimento do andamento das obras, informar a esta Casa em que estágio o referido projeto está. Se será executado, ou se o fato de constar no II PND, não passou apenas de mais uma lista de intenções?"

Sobre o mesmo assunto, utilizando também do Sr. Secretário que dizia aqui nesta Casa: "cada centímetro de terra do nosso Paraná é importante demais".

Voltamos a perguntar, em mais um item de nosso requerimento, se a duplicação da pista Maringá-Londrina, com os efetivos contorno das cidades, continua no plano de obras do DNER, seria necessária a desapropriação de extensas áreas de terras para construção da "free way", na mesma direção?

Não somos absolutamente contrários a que se facilite, a que se encurte as distâncias. O que não se pode permitir é que, dentro, e para uma mesma direção, para ligar as mesmas cidades, apesar de ser na minha região, criou-se no II PND uma estrada federal com recursos alocados, e se proponha que a população

pague a outra, onerando cada vez mais o seu povo.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Facci, lastimo que não tivéssemos tido tempo de dialogar mais com o Sr. Secretário de Transportes e a razão seria exatamente a "free way" de Londrina a Maringá.

Continuamos, Sr. Deputado, "a malhar em ferro frio", em tentar resolver os problemas dentro do Paraná sem ajuda do Governo Federal. E a pergunta que eu gostaria de fazer naquela oportunidade ao Sr. Secretário era se já foi estudada a possibilidade de se melhorar a ferrovia que liga aquelas duas cidades.

Se ao invés de uma "free way" não se deveria fazer uma estrada de ferro, uma vez que o Sr. Secretário admitiu aqui nesta Assembléia que contrariamente ao que ocorre em todo o mundo as nossas rodovias têm um tempo de vida limitado porque o tráfego de veículos pesados é maior do que ocorrem em veículos leves.

Continuamos "malhando em ferro frio". O certo era irmos ao Governo Federal e exigir o que de direito é nosso e, como homem do Sul, posso afirmar que o Norte ajudou muito ao Paraná, mas não ajudou tanto ao Paraná como tem ajudado o Brasil que nada tem dado ao Paraná. Então o momento é de se pedir e de se exigir que as nossas autoridades paranaenses venham à procura de recursos para o nosso Estado. Que ao invés de se implantar uma "free way" se implante uma ferrovia com condições de transportar o tráfego pesado, que o Sr. Secretário combateu. Enquanto temos que por guardas para pesar caminhões, deveríamos estar pensando de como evitar que existissem caminhões transportando num País que não tem petróleo. Num mundo que não tem petróleo, nós ficamos ainda a fazer estradas de rodagem.

Parece que o Paraná é um País à parte. Queremos resolver todos os nossos problemas aqui dentro. Só não resolvemos um, o de impedir que as divisas geradas no Paraná aqui fiquem. Se nós impedíssemos, talvez fizéssemos um grande País, só nós, o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço o aparte do Deputado Deni Schwartz e digo que realmente tem toda razão e, por isto, o último item de nosso requerimento.

Desde que hajam recursos alocados para a duplicação da pista com os contornos na cidade da BR-369 e da BR-376. Porque a "free way" está levando mais outras vastas áreas de terras de nosso Estado, para que deixem de produzir.

Mas há o primeiro item do requerimento Eu pergunto: na programação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, contida no Código 3702.16885312.851, páginas 338-339, proposta Orçamentária para o corrente exercício, do valor previsto de 33 milhões e 750 mil cruzeiros para adquirir e desapropriar imóveis visando a construção ou ampliação de rodovias, qual a importância efetivamente dispendida até o terceiro trimestre do corrente ano e quais as áreas adquiridas ou desapropriadas, nominando os eventuais vendedores ou desapropriadores, porque é comum saber-se que o Estado ao fazer a estrada, apenas toma posse e os processos para pagamento destas áreas quase nunca correm com a rapidez que deveriam correr.

Da mesma forma, e na mesma programação, "Departamento em Código", refirme-se a proceder a integração das regiões norte e norte pioneiro, sul e sudoeste, oeste, noroeste, aos corredores de exportação, deixamos de nominar as rodovias constantes pelo grande número ali contido, porém juntamos ao presentes gericos da página referida.

Em que estado estavam as mesmas, no início do presente exercício? Qual o estágio das obras até o final do terceiro trimestre deste ano? E quais delas serão concluídas até o final do corrente ano?"

Porque é sabido que dentro de poucos dias, vamos receber



nesta Casa, novamente, o Orçamento Geral do Estado para 78. E queremos ver então, se vão constar de novo as mesmas rodovias, com as mesmas alocações de recursos; se aqueles recursos foram empregados em outras rodovias que rendessem mais politicamente e não economicamente?

No terceiro item, do requerimento, pedimos: — “Sabendo-se que o montante de verbas dotadas às atividades aqui tratadas, é de um bilhão, 558 milhões e 115 mil cruzeiros, requeremos informar a esta Casa, se houve suplementação desta verba, nominando os decretos, valores e suas respectivas datas.”

Mais alguns itens do requerimento que pretendemos seja aprovado por esta Casa, também referentes à visita do Sr. Secretário dos Transportes:

“Através do Ofício 205/77, firmado pelo mesmo ilustre Secretário, em resposta a requerimento deste Deputado, solicitando informações, com referência aos trabalhos de pavimentação asfáltica, que liga Bom Sucesso à Jandaia do Sul, informava o mesmo Secretário:

— “Cumpre-nos informar, solicitando a gentileza de ser dado conhecimento ao autor do requerimento aprovado, que o trecho Jandia do Sul-Bom Sucesso, faz parte da Rodovia Federal, BR-369, cuja construção e pavimentação é de responsabilidade do DNER.

A estrada atual e leito natural, está sendo conservada pelo DER. É de nosso conhecimento que a referida obra está em fase de concorrência. E informar a esta Casa se a mesma será feita pelo DER, por delegação do DNER ou simplesmente, do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, está outra vez investindo recursos em Rodovia Federal.”

Ainda outro item do requerimento; sempre reportando-nos a respostas obtidas através de ofícios, firmados pelo Sr. Secretário dos Transportes. Datado esta de 5 de junho de 77, Ofício 294/77, “respondu a requerimento aprovado por esta Casa em 18/5 do mesmo ano, que solicitava a pavimentação asfáltica do acesso rodoviário ao Distrito de Água Boa, Município de Paissandu, do trecho compreendido entre a Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, até a Estação Rodoviária, da Sede Distrital.” Informava aquela Secretaria “que se trata de uma ligação rodoviária que não consta do Plano Rodoviário Estadual. E que o objetivo principal das obras rodoviárias programadas pelo atual Governo, é a execução das rodovias arteriais e alimentadoras, ficando para uma segunda etapa, as ligações das sedes distritais ou municipais.”

Aí, nós requeremos: — “Informar a esta Casa: — Quais os critérios que levaram a Secretaria a proceder à pavimentação asfáltica dos acessos rodoviários de Dr. Camargo, Floresta, Floriano e tantos outros, inaugurados ruidosamente, às vésperas da campanha eleitoral de 1976. Visto, que os mesmos também não constavam no Plano Rodoviário Estadual de 76; e quais as dotações canceladas, para cobrir as despesas com tais obras.”

Informar ainda, “Se a estrada que liga Campo Mourão a Roncador, trecho de aproximadamente 80 quilômetros, fará parte do Plano Rodoviário, para 1978.” Detalhar também os recursos disponíveis, para a ligação rodoviária Maringá-Santo Inácio, anteriormente dita como do Governo Federal e agora anunciada como obra estadual; e se a mesma fará parte do plano de obras para o ano de 1978.”

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as indagações que fazemos, são inteiramente, dentro do plano de obras proposto pelo Governo do Estado a esta Casa e não votado, mas aprovado por decurso de prazo. Nós queremos as informações, para que não se diga depois, na votação do Orçamento Estadual, que nós estejamos retardando a matéria com pedidos de informações.

Devemos estudar com antecedência, já propusemos isso, muitas vezes, mas nunca nos vêm informações detalhadas.

Não é possível que a Assembléia, em 30 dias, possa estu-

dar e dar soluções, com detalhes, o Orçamento do Estado, grandioso, volumoso, com mais de 500 páginas, quando o Governo, muito bem assessorado, com técnicos altamente pagos, passa o ano todo, estudando as alocações de recursos para todas as suas intensões de obras.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar o espaço de tempo que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, consultaria à Mesa se todo o horário do Grande Expediente, já foi consumido?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Faltam exatamente um minuto e 30 segundos, do Grande Expediente. Pretendia dar a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Wilson Fortes, que quer me parecer usará da palavra no Expediente reservado à Aliança Renovadora Nacional, nos 15 minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, consultaria à Mesa e ao eminente Deputado inscrito, se iniciasse já a sua oração, com esse minuto restante e adentrasse o horário da Liderança do seu Partido, para que pudéssemos nós do MDB ajustar uma questão interna e usar, posteriormente o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Figueiredo Fortes, e consulto ao Sr. Líder, Luiz Roberto Soares, se a Presidência pode deferir ao eminente Deputado, o horário reservado ao Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Perfeitamente. Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — S. Exa. terá, portanto, 16 minutos e 30 segundos para usar da tribuna.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

O objetivo de estarmos neste momento, nesta tribuna, não é absolutamente, com a intensão de entrar em polêmica com o dinâmico e respeitável representante da Oposição, no meu Município de Paranavaí, meu amigo, Waldenício Barbalho.

Mas apenas para tecer algumas considerações sobre o pronunciamento que o eminente Deputado fez há questão de dois dias nesta Casa.

Inicialmente, nós chegamos a louvar a atitude do Deputado Waldenício Barbalho, quando se levantou ou se colocou contra a construção do novo Fórum de Paranavaí no local escolhido pelo Prefeito Municipal, seus assessores, bem como por uma Comissão do Tribunal de Justiça.

Realmente poderia ser um terreno melhor, eis que, sempre que ganhamos alguma coisa, gostaríamos de ganhar alguma coisa melhor; sempre que temos a oportunidade de comprar alguma coisa, gostaríamos de comprar alguma coisa melhor. Mas, há de se levar em conta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o terreno que a municipalidade de Paranavaí ofereceu ao Tribunal de Justiça para a construção do sonhado novo Fórum de Paranavaí — pois o que lá está, como o Deputado Waldenício Barbalho bem sabe, não oferece a menor condição de trabalho — é um terreno com mais de 6.000 m<sup>2</sup>. Jamais, pelo que sabemos, algum município ofereceu, ao Tribunal de Justiça, um terreno com uma área tão grande quanto esta: 6.639 m<sup>2</sup>. É, realmente, um magnífico terreno, em local razoavelmente apropriado, e acreditamos que ali vai se edificar uma bela construção, dando condições plenas, à Justiça de Paranavaí e principalmente aos seus serventuários, seus advogados, de trabalharem com mais condições.

Quanto ao abaixo-assinado de que falou o nobre Deputado Waldenício Barbalho, causa-nos estranheza, muito embora já soubéssemos da sua existência, pois, um outro abaixo-assinado, idêntico, existe, está aqui em minhas mãos — um com 31

assinaturas, outro com 33 assinaturas, das quais o segundo, que é o que o Presidente da Ordem dos Advogados da Seção de Paranavaí, encaminha através de expediente ao Prefeito Municipal, contém 17 assinaturas de advogados, que, assinaram também manifesto.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu já tive notícia deste outro documento, que não sei a quem se dirige, mas posso informar V. Exa., que, se nele constam 33 assinaturas, as 33 assinaturas não são de advogados — alguns, advogados, assinaram. O documento teve, naturalmente, as assinaturas de serventuários da Justiça de Paranavaí.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES — Realmente, nobre Deputado, no documento constam 33 assinaturas, de advogados e alguns funcionários, serventuários da Justiça — os principais. Mas 17 assinaturas, eu pude conferir, são as mesmas que se encontram no primeiro abaixo-assinado.

Então, por alegação, os Senhores respeitáveis advogados disseram que assinaram a primeira, sem o devido conhecimento de causa.

Então, superado este problema:

O documento que se encontra em minhas mãos foi encaminhado ao Dr. José Vaz de Carvalho e Dr. Reston A. Tapxure, seu colega e Presidente da Ordem dos Advogados — Sub-Seção de Paranavaí, e que o Dr. José Vaz de Carvalho encaminhou ao Presidente do Tribunal de Justiça.

V. Exa. falou aqui também, consta das notas taquigráficas que tenho em mãos, que, V. Exa. solicitou ao cartório local — 3º Ofício — uma cópia, um xerox, uma fotocópia da procuração pela qual o Desembargador recebeu a escritura, em Paranavaí, e que o cartório local negou-lhe. Desconheço os motivos porquê o cartório houvesse negado a V. Exa. a entrega das fotocópias. Tenho em mãos o referido “xerox”, e terei satisfação em passá-lo às mãos de V. Exa.

Mas, nobre Deputado Waldenício Barbalho, eu fiz uma Exposição de Motivos, de 4 laudas. Confesso que o meu objetivo maior, creio, é somarem-se aí os nossos interesses, os nossos ideais em lutarmos como V. Exa. há tantos anos vem fazendo, com muito brilhantismo pela nossa cidade de Paranavaí: é a construção do novo e grande fórum para a nossa cidade, que hoje já demanda várias varas, inclusive a de menores, e que realmente não tem mais condições.

V. Exa. percebe que esse terreno pertence à Prefeitura Municipal, são seis mil e poucos metros que prontamente através de Lei de Câmara, o Prefeito doou ao Tribunal de Justiça. Se fôsse em busca de um terreno, talvez em melhor localização, nós já estamos no mês de setembro e desapropria, compra, não compra, e com essa burocracia passaria o ano e nós perderíamos a verba existente no Tribunal de Justiça para construção do fórum de Paranavaí.

Lá irá se edificar uma bela obra, uma bela construção, um belo prédio, que irá dar condições de trabalho a todos que lá servem à nossa Justiça e a todos que buscam justiça.

Nestas condições, acredito que o objetivo maior foi atingido. O Tribunal, através de seus representantes, principalmente através do seu chefe maior que é o seu Presidente, aceitou, gostou do terreno, foi feita a escritura, encontra-se aqui em minhas mãos, já foi encaminhada ao Governador do Estado e o fato está consumado.

Inicialmente nós louvamos a atitude de V. Exa. por lutar por um local melhor, mas o local é bom, V. Exa. sabe que a BR-276 tem o seu prosseguimento através do encaminhamento da estrada para Nova Londrina. E aquela Avenida que passa perto do terreno, ainda existe uma rua entre o terreno e a avenida que vai com destino a São Jorge. O tráfego diminuiu bastante com o reinício e mesmo a abertura do tráfego de Para-

navaí a Nova Londrina.

Então não vejo razões maiores para tanto debate, para tanta celeuma sobre a construção do novo fórum de Paranavaí. A escritura está feita, dentro em pouco será celebrado o convênio, a Prefeitura não entrou somente com o terreno, vai entrar também com os recursos materiais, e pedimos a Deus que realmente dentro do prazo previsto, até o final do ano que vem, nós possamos ter a satisfação de ter lá o nosso novo fórum inaugurado.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, suas últimas palavras me decepcionaram, porque eu ia cumprimentá-lo por ter Paranavaí passado à segunda categoria. O Paraná, infelizmente, é, em termos de fórum, em termos de justiça, está classificado em três categorias, e que coincidentemente representa uma categoria econômica: quanto mais pobre o município, mais se exige dele. Primeira categoria: Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, talvez Maringá também, onde não se exige nada para fazer justiça. Não se pede terreno à Prefeitura de Curitiba, não se pede casa para juiz e promotor para nada; Segunda categoria: municípios onde se exige o terreno senão não se faz justiça; terceira categoria: Santa Helena, Realeza, os municípios mais miseráveis deste Estado, onde, para se por justiça, com o mesmo volume de processos — e não se diga que aqui tem mais do que lá, pelo contrário, no interior o número de processos é bem maior — se exige e se sangra a Prefeitura com terreno para casa de juiz e promotor, quando não, talvez até para serventuário.

Então, infelizmente, Paranavaí ainda está na terceira categoria, além do terreno está se exigindo também participação financeira da Prefeitura, o que é lastimável porque, primeiro, Paranavaí não se constitui, provavelmente, numa comarca com um só município. Então, está Paranavaí ajudando outros municípios.

Por isso, nobre Deputado, eu acho que nós deveríamos também trazer a esta Casa, já que vamos discutir o Orçamento, e para que a Justiça independente, realmente, do poder local, deveríamos trazer para esta Casa na discussão do Orçamento, um modo de dotar a Justiça do Paraná, de verbas para se instalar onde queira se instalar, porque o que está ocorrendo, são fatos que não deveriam ocorrer. É juiz pedindo, por vaor, para Prefeitos pagarem o aluguel do fórum; está aí o Tribunal de Contas, respondendo ao Prefeito de Toledo ou de Marechal Cândido Rondon, que é proibido usar verbas em próprios estaduais. Deveria também ser trazida esta discussão para esta Casa. Se a verba para a Justiça é pouca, aumentemos no Orçamento e tiremos este encargo do município, que não é do município, nem de parte dele, nem doar casa para juiz ou promotor; nem de construir fórum, porque a cidade mais rica do Paraná, que é Curitiba, não precisa fazer isto. Por isso, é uma injustiça que se está cometendo contra Paranavaí, como se comete e, com muito mais força, contra as novas comarcas.

Acredito em sua região, muito antes de serem instaladas, onde as Prefeituras mais pobres têm que arcar com os maiores ônus. Por isso, não é sem mais, que ainda estejamos fazendo justiça, onerando os municípios.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Deni: — Nós não poderíamos, em hipótese nenhuma, deixar de concordar com V. Exa. em alguns aspectos de seu aparte.

Realmente, tem havido falhas e, nós, sabemos disso. Mas o nobre Deputado sabe, perfeitamente, como sabe toda a Casa, o Paraná cresce e cresce cada vez mais, exigindo sempre mais de seu Governo. Na época da Reforma Judiciária, mesmo em toda época oportuna, está todo Deputado a lutar, pedir e, as regiões, também, a criação de novas comarcas, como é necessário.

Está criada a Comarca de Gaúcha; esta Casa, sabe. E ainda não foi instalada; por vários motivos — o Tribunal não dispunha de recursos; na época, não dispunha nem de juizes e promotores.

Hoje, dispõe. Deverá, dentro de 40 ou 60 dias, porque a Prefeitura se dispôs de, mesmo provisoriamente, arrumar o local, mobiliar o local, para que se possa instalar a Comarca, ainda neste ano. O mesmo, com Paranavaí — a Prefeitura ofereceu o terreno e, através de uma outra ajuda, a mão-de-obra, para colaborar com o Tribunal de Justiça, aumentando assim o seu numerário para que o fórum pudesse ser iniciado, ainda neste ano — uma colaboração do Município de Paranavaí.

Agora, sabemos que, normalmente, o juiz de direito, também, lá no interior, solicita da Prefeitura, onde não tem casa própria, que o Sr. Prefeito pague o aluguel da casa. Mas, o juiz de direito daqui, da Capital, não vai ao Tribunal pedir aluguel de casa; nós sabemos disso. São erros que acontecem, são falhas que acontecem no interior e, os políticos, os homens públicos que lutam como todos os Senhores aqui lutam para que o nosso interior do Estado tenha justiça, para que o nosso interior do Estado tenha segurança através da construção de cadeias apropriadas, se dispõem através dos seus Prefeitos Municipais a esse tipo de colaboração.

Então, é necessário que o nosso Orçamento seja, realmente, melhor manuseado para que possamos dotar, neste caso, o Tribunal de Justiça, de melhores recursos para que ele possa construir, às suas expensas, todos os foros necessários em todas as comarcas do interior do Estado.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Se me permite, em defesa dos Deputados que procuram levar comarcas para suas regiões. Seria, inclusive, uma falta de consideração para os homens do Judiciário, que julgam a necessidade ou não, dizer que comarcas são instaladas, são criadas sem razão de ser. Pelo contrário, o crivo é rigoroso, se anota inclusive o número de processos da região. E o que nós reivindicamos é o tratamento igual para as comunas do interior, inclusive para a sua comuna, porque estamos lembrados que, certa vez como Prefeito, em que se reclamava que a Prefeitura de Francisco Beltrão não pagava aluguel a um determinado Juiz, quando o Desembargador Mercer Júnior foi à minha cidade e me felicitou em público, porque dizia ele: “Eu sou Desembargador e em Curitiba ninguém me paga aluguel. O Senhor está certo em não pagar aluguel.”

E fui felicitado por este mesmo Desembargador, quando deixei de pagar o aluguel do fórum de Francisco Beltrão. Porque, dizia eu então ao Juiz, na época: “E se amanhã o Tribunal de Contas rejeitar as contas da Prefeitura de minha gestão, porque eu paguei aluguel para esse fórum, como é que o Senhor agirá? Eu irei lhe punir. Então o Senhor não vai me punir, porque eu não vou pagar mais.”

Por isso, Deputado, nós deveríamos trazer para esta Casa, para uma discussão a fim de criarmos condições. Curitiba pode fazer um fórum; Curitiba pode talvez pagar aluguel. Não paga e ninguém vai pedir. Ninguém vai à Prefeitura pedir para construir um fórum em Curitiba. Provavelmente não o façam também em Londrina. Agora mesmo foram criadas inúmeras Varas.

Mas, quando chega nos pequenos municípios, há exigências até com certa arrogância, em cima dos Senhores Prefeitos, Prefeitos que depois, tirando no afã de elevar à comarca, para ter um Juiz ou para ter “status” à sua cidade, no fim do mês paga menos do que o salário de uma doméstica às suas professoras. E nós vemos o nosso interior cada vez mais analfabetizado, enquanto que, nas capitais e nas grandes cidades, se vê até certas extravagâncias, se vê certas obras suntuosas. E basta olharmos em torno de nós e veremos quanta suntuosidade nos Palácios da Capital e quanta miséria e quanto analfabetismo no nosso interior.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Deni Schwartz,

V. Exa. dentro da sua filosofia de homem da Oposição, aproveita talvez a oportunidade de um aparte para externar a sua maneira de pensar.

Nobre Deputado, nós vivemos num Estado, sendo paranaense ou não. Nós devemos nos orgulhar de viver. Se nós pudéssemos olhar o Brasil lá do alto, muito do alto, tenho certeza que nós observaríamos que o Paraná de hoje está realmente em destaque. Está em destaque pelo trabalho que vem exercendo em benefício do seu Estado e em benefício da sua gente através do seu Governo.

E não vejo obras suntuosas. O que nós observamos é rodovia cruzando o Estado por todos os lados; energia elétrica, transportes, saúde pública; salas e salas de aulas que se inauguram. Os distritos mais longínquos, os municípios mais distantes procurando atender as necessidades do nosso povo.

Agora, é difícil um Governo acompanhar um progresso acentuado de um Estado que caminha quase que sozinho. E temos tido a felicidade de ter um Governo à altura. O Governador Jayme Canet Júnior está realmente cumprindo com a sua obrigação, como percebeu V. Exa. na presença da exposição de motivos que fez o brilhante Secretário de Transportes, Dr. Osires, que esteve aqui há poucos dias. Eu tenho hoje a satisfação de percorrer o meu Estado com a cabeça levantada, defendendo o Governo do Estado porque ele está cumprindo com a sua obrigação. Agora, é difícil atender a todas as reivindicações. Todos os Deputados, nesta Casa, lutam, reivindicam e pedem para a sua região. Não é fácil o Governo dar atendimento a tudo.

Mas o principal está sendo atendido e o Paraná caminha a passos largos para ser, indiscutivelmente, dentro de pouco tempo um dos grandes, um dos principais Estados da nossa União Federativa, sem obras suntuosas, Deputado. E eu sou testemunha disso. Sou testemunha disso porque em Paranavaí até o fim do ano inaugura-se o novo Batalhão da Polícia Militar, em que a Prefeitura também doou terreno para o Estado. E a firma que lá está construindo, recebeu da autoridade competente em Curitiba e do Governo do Estado, ordens severas para que a construção fosse, realmente, uma construção concreta, dentro da técnica, mas sem suntuosidade.

Isso, nós observamos ainda, quando numa visita que fizemos na semana passada no novo Batalhão da Polícia Militar, em Paranavaí.

Esta é a grande verdade.

E queremos aqui, cumprimentar até, o Deputado Waldenício Barbalho mais uma vez, pela sua intensão, que nós sabemos, foi sadia, porque ele quer o melhor para Paranavaí.

Mas, Paranavaí terá, nobre Deputado Waldenício Barbalho, um belo fórum, para que V. Exa. continue lá, com tanto brilhantismo, como vem fazendo há tantos anos. Advogando e trabalhando pelas causas da nossa gente, num ambiente melhor, num ambiente mais confortável, onde V. Exa. possa expor as suas idéias, a sua inteligência, a sua astúcia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta ao Sr. Deputado Enéas Faria, respondendo pela Liderança do MDB, quem usará da tribuna, no horário reservado ao seu Partido.

O SR. ENÉAS FARIA — Falará o Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As palavras finais do ilustre Deputado Wilson Fortes, são até comovedoras.

Mas, em verdade, S. Exa. em parte confirma toda a denúncia que fiz desta tribuna na tarde de terça-feira.

Sou dos que entendem como o nobre Deputado Deni Schwartz; que existe uma classificação para os municípios do Estado do Paraná. Quanto mais forte e mais poderoso, menos necessidade tem o Governo do Estado, da ajuda do muni-

cípio para construção de prédios, cuja obrigação de fazer, pertence exclusivamente ao Governo do Estado.

Então, o que se sente é que há, em verdade, quase uma coação exercitada, e isso é lamentável dizer, pelos membros do Poder Judiciário, que administram a construção de foruns, em todo o Estado do Paraná, no sentido de receberem doações dos municípios, a fim de que sejam localizados os foruns ou instaladas as comarcas.

Paranavai, eu lamento, embora não seja município de terceira categoria. Paranavai, já teve inclusive, um título neste Estado: O de maior produtor de café do Estado do Paraná.

Paranavai, podemos dizer tem vários títulos, é uma cidade privilegiada em razão de sua situação geográfica.

Mas, Paranavai, tem ajudado e muito o Estado do Paraná.

O Batalhão de Polícia referido por S. Exa., o nobre Deputado Wilson Fortes, se encontra sediado em Paranavai há mais de dez anos, em prédio pertencente à municipalidade.

O forum de Paranavai que prestou serviços e que mereceu a minha oposição naquele tempo como Vereador, em razão da distância do centro da cidade e, naturalmente, das dificuldades que traziam à coletividade de Paranavai, foi construído em terreno da municipalidade.

A terceira Vara de Família recentemente instalada, o foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em prédio da municipalidade, no Hospital Municipal de Paranavai, uma parte, a outra cedida ao Posto Médico do Estado do Paraná e a outra devidamente improvisado por S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal, para que instalássemos a 3a. Vara.

Paranavai, no tempo em que eu era Vereador, e que lutava pelo seu desenvolvimento dentro dos limites da sua jurisdição, construiu um Parque de Exposição — porque, Paranavai é, em verdade, a capital do Neloires do Estado do Paraná — e esse Parque de Exposição, hoje, está devidamente emplacado para o Governo do Estado.

Lá estão várias repartições públicas sediadas.

Concordo, nobre Deputado Wilson Fortes com erros pequenos, concordo até mesmo com essa doação, o Estado é grande, é poderoso, se a nossa cidade fosse maior, como Londrina, Ponta Grossa ou Maringá, talvez tivéssemos condições de exigir tudo, do Governo para a construção do novo forum.

Concordo com a doação.

Concordo com o empobrecimento do patrimônio municipal e, em consequência, com enriquecimento do patrimônio estadual.

Devemos fazer doação ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Mas, não uma doação que importe a localização de um forum para prejudicar os interesses, sobretudo da coletividade, em razão da distância do centro da cidade.

Trinta e um dos trinta e seis advogados residentes em Paranavai, assinaram um documento.

E em respeito à declaração deles, li o documento desta tribuna, e o encaminhei, através do Presidente da Ordem dos Advogados de Curitiba, a S. Exa. o Tribunal de Justiça, para que S. Exa., reexaminasse o assunto, objetivando a conquista de um outro terreno, através de permuta deste recebido, para a localização do forum.

Iniciativas amigáveis, eu tomei todas.

Todas as portas foram fechadas para mim que defendia, naturalmente, o povo da cidade, que defendia os advogados, os serventuários, a classe forense.

Não solicitei, nem tenho forças para pedi-lo como fez o ilustre Prefeito Dr. José Vaz de Carvalho, assinaturas de advogados e de serventuários de Justiça.

Não quis colocar serventuários de Justiça que não cons-

tituem classe liberal, como o é a classe dos advogados, assinaturas em documentos.

Não. Solicitei apenas aos profissionais liberais.

Mas, tudo foi em vão porque não fui ouvido.

As minhas razões não convenceram a S. Exa., o Sr. Presidente do Tribunal, nem tampouco a S. Exa., o Sr. Prefeito Municipal, a quem visitei três vezes consecutivas, pedindo para que fizesse doação de outro terreno senão aquele localizado na entrada da cidade, na avenida que demanda à Maringá, com tráfego intenso, poluente e barulhento.

O Sr. Wilson Fortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento.).

Deputado Waldenício Barbalho, foi levantado o impasse.

Realmente, o desfecho final vai caber a quem de direito vai decidir essa malsinado impasse.

Mas, pelo que observo, o fato já está consumado.

Quando V. Exa. fala sobre outro terreno, como disse da tribuna, realmente, poderia se ter escolhido um terreno melhor, sempre existe um melhor.

Mas, estamos no mês de setembro, nobre Deputado, V. Exa. deve ter conhecimento que o Prefeito Vaz de Carvalho assumiu as rédeas do Poder Executivo.

Assumiu a Prefeitura se não válida que se valida.

Individada ao extremo com suas verbas comprometidas, principalmente ao ICM e desde que este terreno pertença à Prefeitura Municipal que, com facilidade e com mesmo alguma pressa foi doado ao Tribunal de Justiça.

Agora o fato de a Prefeitura doar o terreno ao Tribunal de Justiça não seja norma mas é quase norma no Estado do Paraná inteiro, é necessário que no Paraná, nobre Deputado, que os governos municipais colaborem com o Governo Estadual e vice-versa.

Por Paranavai passa a BR-376.

O Governador do Estado está fazendo ligações entre os municípios e não exigiu nada de município nenhum, muito pelo contrário.

Por onde passam as rodovias estão sendo indenizados.

A mim mesmo me quiseram indenizar.

Não aceitei.

Cedi uma ponta de minha fazenda para a rodovia que nós lutamos, V. Exa. também deve ter solicitado, Guaraçaterra Rica.

Passou pelo lado de minha fazenda e trazendo prejuízo, mas o interesse maior está acima, do nosso interesse pessoal.

Nós cedemos sem ônus nenhum para o Estado, parte da fazenda que a rodovia tomou.

Então é necessário que todos colaborem, dêem as mãos para que o objetivo maior seja alcançado.

Como a Prefeitura iria comprar um terreno se ela está onerada com dificuldades até para pagar o funcionalismo por alguns meses pela má administração passada; infelizmente, por um homem que não é de seu Partido mas do meu? É o ex-Prefeito Benedito Pinto Dias que tratou mais dos seus loteamentos que são todos dele, Paranavai, V. Exa. bem sabe disto e onerou infelizmente bastante a nossa Prefeitura Municipal.

Desta forma, como este terreno já pertence à Prefeitura, foi mais fácil.

E são 6 mil e tantos metros quadrados, nobre Deputado.

Dá para se construir um belo forum ajardinado, com estacionamento, e queremos ter a satisfação de lá, neste mesmo forum que irá ser construído, ter a satisfação de ver V. Exa. ainda, brilhante tribuno que é, excelente advogado que é, ver mais uma vez, como já tive oportunidade de ver no passado a sua atuação.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Obrigado mais uma vez a V. Exa., pelas palavras a mim dirigidas.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, em verdade, estamos de mãos dadas porque o objetivo maior é a construção do fórum.

Só que não pudemos dar as mãos com relação à localização do terreno.

Eu continuo a minha luta.

E reconheço que o nobre Deputado Wilson Fortes não o rebateu da tribuna toda a argumentação que trouxe para esta Casa.

Se os motivos que me levaram a solicitar amigavelmente de todas as autoridades maior compreensão para o problema, não foram compreendidos, partirei agora, inclusive, para quem sabe, se não houver recuo, para outro procedimento, mas acredito que a nobre liderança da ARENA, convença S. Exa., o Governador Jayme Canet que talvez não tenha sequer conhecimento da doação deste terreno com encargo para o Estado do Paraná.

E digo talvez, Srs. Deputados, porque isto é de estarrecer, a procuração, mandado procuratório, constante da escritura de doação é exatamente o que foi outorgado não por S. Exa., o atual Governador Jayme Canet, mas por S. Exa. o atual Ministro da Educação Ney Amintas de Barros Braga, quando Governador do Estado, em 1961.

Por isso, Srs. Deputados, eu posso concluir, naturalmente, que se o então Governador deu uma procuração de caráter geral, para o Diretor do Patrimônio, de então, que fazia parte da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná — e hoje nós não temos mais Secretaria de Viação e Obras Públicas — posso dizer que essa doação, com encargo, foi feita á revelia de S. Exa., o Governador do Estado do Paraná, e quem sabe violentando até a sua vontade?

Porque, não obstante o interesse, admitamos, de ordem política, Jayme Canet, Governador deste Estado, já visitou muitas vezes Paranavai e sabe que o local é impróprio para a construção do fórum.

Recebendo o substabelecimento de quem talvez não tivesse condições jurídicas, para fazê-lo, S. Exa., o Desembargador Zeferino Krukosky, cometeu um ato aparentemente, digamos, porque trata-se de problema jurídico, ilegal.

Tudo isso será examinado, oportunamente, e por quem?

Pelo Tribunal de Justiça, incompatibilizado, para examinar uma demanda desta ordem, vez que o Procurador do Governador, moralmente incompatibilizado para receber escritura de doação, foi o Procurador do Governo do Estado do Paraná, mas não o Sr. Jayme Canet Junior, mas do Atual Ministro e ex-Governador, Ney Braga.

Sr. Presidente, estou concluindo.

Tudo isso é matéria para que os juízes, Juízes com "J" maiúsculo, julguem no futuro. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente.

Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verifica-

ção de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Após advertidos os Srs. Deputados que se encontrarem no prédio, soando a campainha, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a constatação de "quorum".

(soam os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

31 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Há "quorum" regimental para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Senhores Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 67/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — A.M.A.S., com sede na cidade de MORRETES, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 82/77, de autoria do Deputado Del Ciel que declara de utilidade pública a "BENEFICÊNCIA JAPONESA DE LONDRINA", com sede e foro naquela cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, na qualidade de Relator dos Projetos de Lei números 85 e 96/77, na Comissão de Constituição e Justiça, solicitando que seja encaminhado, na forma do Art. 126 do Regimento Interno, requerimento à consideração do Plenário, no sentido de que ambos sejam anexados por versarem sobre idêntico teor. — **APROVADO.** — Anexe-se.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Santana de Moraes. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei números 81, 91 e 109/77. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 154 aniversário de Ponta Grossa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, e outros, constante do expediente, solicitando seja votada moção de apoio à inclusão de um clube de futebol representativo da região paranaense do Norte Pioneiro, a ser destacado dentre aqueles que disputam o campeonato pela Divisão Especial, para disputar o próximo Campeonato Nacional de Clubes, de 1978 e, uma vez aprovada a moção seja dada ciência ao Sr. Ney Braga, DD. Ministro da Educação e da Cultura, ao Sr. Jayme Canet Junior Governador do Estado do Paraná, ao DD. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos e ao DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado, com urgência, expediente ao Sr. Governador em exercício, para que sancione, no prazo legal, o plano de lei criado desta Assembléia, que institui a contagem recíproca de tempo de serviço, em favor do funcionalismo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-

trânsito, constante do expediente, solicitando seja encaminhado o ofício ao Secretário da Educação e Cultura, formulando reivindicação no sentido de que seja edificado, com urgência, muro em volta do prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Paissandú.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de informações relativas ao cumprimento de dispositivo da Lei No. 6892, de 20/07/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, contendo pedido de informações. Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão, de acordo com o Regimento Interno.

A Presidência vale-se desta oportunidade para solicitar dos eminentes Líderes, Luiz Roberto Soares e Enéas Faria, respondendo pela Liderança do MDB, que o Sr. Secretário dos Transportes solicitou desta Presidência o encaminhamento das perguntas que os Srs. Deputados ficaram de dirigir àquela Secretaria e que ele, com muito satisfação, pretende responder a curto prazo.

Lembra, ainda, a Presidência, que ao término desta sessão, instalará sessão extraordinária, levantada às 14,30 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está reaberta a sessão extraordinária, interrompida às 14,30 horas, na fase de discussão única da Proposição No. 446/77.

Veto apostado ao Projeto de Lei No. 112/75, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pedi para discutir esta matéria, para manter a dignidade desta Casa.

O Deputado Muggiati Filho, apresentou em setembro de 1975, um projeto de lei estendendo aos funcionários aposentados, em períodos anteriores a 1970, os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei No. 6174, de 16/11/70.

A tramitação nesta Casa, teve, na Comissão de Constituição e Justiça o seguinte Parecer, assinado pelo ilustre Deputado Gilberto Carvalho. “O objetivo do Plano de Lei é altamente meritório, muito embora os aposentados anteriormente a 70 já gozarem de tal benefício.

Parecer favorável, por unanimidade da C.C.J.

Na Comissão de Finanças, teve o seguinte Parecer: (Lê Parecer).

A Comissão de Recursos Humanos também se pronunciou favoravelmente, também por unanimidade. O Sr. Governador achou por bem alegar que o não acolhimento do projeto de lei em questão decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, em face ao preceito contido no artigo 25, § 1o., alínea C, da Constituição do Estado.

Novamente veio para a C.C.J. e aqui tem o Parecer: (Lê Parecer).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade ninguém deu Parecer, sobre a constitucionalidade, a este projeto de lei.

Não tem razão de ser o Veto do Sr. Governador,

pelo que diz o Parecer do Deputado Gilberto Carvalho, que foi favorável ao projeto.

O Deputado Ezequias Losso apenas deu Parecer sobre o prazo constitucional.

E eu fico a me perguntar, num rápido exame, se realmente é inconstitucional como afirma o Sr. Governador.

Talvez não seja.

Mas todo um calhamaço de papel, por quatro vezes nas Comissões Técnicas, todos eles achando humano, justo, exequível.

Uma mera caneteada do Sr. Governador diz que é inconstitucional e veta.

Parece-me que para a dignidade desta Casa, esta discussão deveria ser ampliada.

E eu até lanço um apelo ao autor do Projeto para que nos explique realmente o que pretende, o que ele compreende como constitucional ou não, porque na verdade estamos perante uma situação estranha.

Todos os Pareceres admitindo que é justo e necessário.

Era isso, Sr. Presidente, o que me cabia.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão a Proposição No. 446/77.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, gostaria de registrar como autor do projeto, o meu reconhecimento ao esforço que os colegas de minha bancada fizeram, para que pudesse discutir esta matéria, de vez que, por motivos imperiosos, não pude chegar a esta Casa, em tempo de alcançar a primeira parte desta reunião.

Se não houvesse esta segunda parte, realmente, não poderia discutir a matéria.

Com relação às dúvidas que razoavelmente, ou melhor, judiciosamente, foram levantadas pelo eminente colega Deni Schwartz, trata-se de um assunto que ainda nas últimas reuniões da CCJ tivemos oportunidade de discutir.

Esta matéria, por exemplo, tem ligação quase que íntima, com o projeto de reciprocidade que está em mãos do Sr. Governador para ser sancionado, cuja sanção, à qual sanção, digo melhor, foi objeto hoje, de um apelo por parte do Deputado Erondy Silvério.

Visou o ilustre Parlamentar, sensibilizar o governo para que sancione o projeto, dando condições a que os funcionários do Estado possam, na sua aposentadoria receber os favores que uma Legislação Federal “capenga” que somente atribuiu vantagens aos funcionários e aos trabalhadores que têm tido ligações com o funcionalismo federal, e esquecendo por sua vez, de que existem funcionários estaduais que também foram trabalhadores, sujeitos à CLT e que jamais poderão, enquanto não se reformar no âmbito federal esta Legislação, gozar dos benefícios da reciprocidade, em relação a eles, como trabalhadores, salvo os funcionários que poderão gozar desse benefício, sendo funcionários.

Trata-se da competência para iniciativa.

A Súmula no. cinco, do Supremo Tribunal Federal, diz claramente que: “a sanção do Governador, a Sanção do Chefe do Poder Executivo, supre a ausência de competência”

Com base nessa decisão judicial da Alta Corte, nós temos defendido projetos de competência do âmbito estadual, que possam ter a falta de competência de iniciativa suprida pelo Chefe do Poder Executivo, temos defendido o encaminhamento desses projetos.

E esse encaminhamento, foi defendido no Congresso Nacional através de uma longa exposição, cujos excertos tivemos oportunidade de juntar ao projeto de lei da reciprocidade esse, aludido pelo Deputado Erondy Silvério, e que é encontra



para sanção no Palácio do Governo, no sentido de que, a vida parlamentar brasileira não seja totalmente sepultada.

O objetivo desta tese, seria o de que peneirados os projetos, aquele realmente, de interesse coletivo, pudesse subir à sanção governamental ou presidencial, se for o caso, ou municipal também, se for o caso, e ali, uma vez sancionado, o projeto assume aspecto inteiramente constitucional.

Por isto, eu irei pedir aos Senhores para votarem contra o projeto, o meu projeto, que não é mais meu, é da Casa, mas, é projeto de minha iniciativa, porque a Casa o apoiou mas o Governador negou-lhe sanção, e nós, mesmo que por unanimidade da Casa rejeitemos o Veto, não poderemos, não teremos poderes para, de acordo com a Constituição vigente, sanar esta lacuna inicial.

Portanto, vejam bem os Srs. Deputados se vale a pena prosseguir defendendo esta tese, para que o Parlamento, para que as Assembléias e as Câmaras de Vereadores se mantenham num nível de discussão de assuntos de relevância.

Ela seria viável, e a esperança de todos aqueles que se dispuseram a defendê-la, talvez em alguns Estados, com êxito, seria de que o Poder Executivo se sensibilizasse ante a realidade dos casos, e, através da sanção se colocasse num plano de um homem que analisa com isenção, o representante do Poder Executivo, com isenção como deve ser analisado todo projeto de lei, ou, como deve ser exercido o Governo e, com isenção, sancionasse, ou, se não o sancionasse, alegasse, pelo menos, com relação ao mérito, que deixava de sancionar porque, em relação ao mérito entendia o projeto como não sendo de interesse coletivo.

Era outro assunto também a ser discutido.

O Sr. Governador, neste caso, limitou-se a argüir o art. 25, § 1o., alínea C da Constituição do Estado, para concluir que: (Lê os motivos do Veto:).

“Ademais vale ressaltar que o preceito contido no art. 35 da Constituição Estadual . . . . .”

Portanto, a parte exclusivamente constitucional.

Não aludiu Sua Excelência, não se dignou Sua Excelência a fazer alusão ao mérito, o que vale dizer, o que nos autoriza a dizer que Sua Excelência é insensível a qualquer projeto de lei que suba à sanção, que não tenha tido a sua iniciativa, ou que não seja de iniciativa consentida de Sua Excelência, slavo esses projetos que nos mantêm a justificar os nossos “jetons”, dando concessões de utilidade pública, de títulos de cidadania honorária, voto de pesar — que o futuro Regimento deverá regulamentar melhor — e outros de desinteresse, quase de desinteresse público.

O caso em discussão é de interesse, realmente, coletivo, Deputado Deni Schwartz, porque o Art. 140 do Estatuto do Funcionário Público diz:

O Funcionário efetivo será aposentado com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo, ítem 3, que é o caso da aplicação àqueles funcionários que foram aposentados anteriormente ao Estatuto se houver exercido por um período não inferior a cinco anos ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão gratificada do nível mais elevado desde que este cargo ou função tenha sido exercido no mínimo de doze meses.

Portanto, aqui está a aposentadoira com as vantagens do cargo.

O projeto visa não permitir que se estabeleça uma diferença de classe entre os funcionários anteriormente aposentados ao Estatuto dos Funcionários Públicos ou atuais.

No meu entendimento até, em face da existência de outras classes de funcionários que também reclamam igual benefício e que não estariam ainda sendo atendidas neste caso, parece-me até que isto seria motivo para provocação do Poder Judiciário porque se trata de, a meu ver, um direito líquido e certo do funcionário.

Mas o que nos interessa deixar bem claro é o seguinte: o projeto depende realmente da sanção do Governador para que seja legitimada a sua iniciativa.

Eu sou obrigado a recusar em benefício da própria coletividade que não quer ser beneficiada por um projeto de iniciativa inconstitucional, a pedir aos Srs. Deputados que votem contra o projeto.

Agora, peço voto contrário ao projeto.

Porque nós estamos acompanhando esta matéria e conduzido-a com seriedade, estudando a matéria e atendendo inclusive aos reclamos da coletividade que esperam ver o Parlamento Nacional funcionando como deve funcionar em razão do interesse público.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Muggiati Filho, tão somente para dizer a V. Exa., que felizmente esta sessão foi toda ela coroada pela aula que V. Exa. nos dá desta tribuna especialmente com referência a inconstitucionalidade que V. Exa. se referiu sem isenção de ânimo porquanto o projeto é de vossa autoria e V. Exa. também, aproveitando propôs até sugestões aos Poderes Executivos, às Assembléias, às Câmaras de Vereadores, ao Senado.

E é por isto que nós que sempre queremos aprender alguma coisa, que pretendemos aprender, quando vemos e assistimos uma aula que V. Exa. acaba de dar, saímos, tenha a certeza Deputado Muggiati Filho, satisfeitos, porque assistimos, na realidade, uma sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu agradeço as bondosas palavras de V. Exa., mas a minha intenção, talvez eu não tenha conduzido bem a minha idéia, não a foi de dissertar sobre a matéria, foi a de confessar uma decepção, uma grande decepção que vai no meu íntimo e na minha consciência de legislador de ver a inutilidade do esforço de todos nós de levar um problema coletivo, de levar um problema de interesse da comunidade a um outro Poder que tem a competência de iniciativa, por questões de fato que não vêm ao caso no momento, porque nós entraríamos então por um outro lado da história e isso demandaria uma fortuna de tempo.

Mas entendo que todos aqueles que têm defendido esta tese, nobre Deputado Jurandir Messias, e acredito que V. Exa. também deva estar imbuído desse mesmo espírito, o de que o Deputado Estadual, o Vereador, o Deputado Federal, o Senador quer ser útil realmente à sua comunidade.

Não quer receber por serviços que não presta.

Este é um fato de alta relevância.

Porque se nós formos nos restringir realmente a tudo, à restrição completa, quase que a esta Casa bastaria que para exercer as suas contribuições, ela se reunisse quando se reúne a Comissão do Orçamento para aprovar o Orçamento, e a cada trimestre para aprovar convênios, os votos declaratórios e matéria de convenções que para aqui vêm.

Nós chegamos a esta conclusão, portanto, decepcionados de que neste Governo, no atual Governo do Estado que aí está, não terá mais nosso voto matéria dessa natureza, porque também a incongruência tem um fim, tem um ponto.

A persistência tem o seu limite e atingido tal limite, já deixa de ser persistência, se fala em inconstância, se torna até loucura, desperdício de tempo, de papel, de tinta, como disse o nobre Deputado Deni Schwartz; desperdício de tudo, querer transformar num processo legislativo a solução de um problema que nós já sabemos, de antemão, não merecerá o devido estudo e não sensibilizará a quem de direito.

Então, diante de um Poder Executivo insensível como esse que aí está, nós desta hora em diante, — ainda fazendo votos de que o apelo de um dos mais antigos parlamentares do Paraná, que é o Deputado Erondy Silvério, membro de sua bancada,

membro desta Casa, fez hoje da tribuna, no sentido de que o Sr. Governador atual se sensibilize e sancione e o projeto de reciprocidade que aí está, — aguardando talvez esse milagre, nós deixamos esta declaração de decepção de um legislador ante a inconsequência e a insensibilidade de um chefe do Poder Executivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em discussão a Proposição No. 446/77.

Encerrada a discussão.

Em votação. — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer como estão.

**Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Mada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

## PORTARIAS:

### PORTARIA NÚMERO 683/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o Número 8500, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula número 041, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de Setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

### PORTARIA NÚMERO 684/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8035, de 17 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para 01 a 30 de dezembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 637/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA — Mat. 109.

DIMITRYA PIRIH MARANHÃO — Mat. 138.

ISRAEL DINIZ — Mat. 069

GERSON EVANGELISTA PASSOS — Mat. 336

WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO — Mat. 036.

ALBINO DE BRITO FREIRE — Mat. 055

JOÃO MARIA SERPA — Mat. 070.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

### PORTARIA NÚMERO 685/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8945, de 14 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder à funcionária ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, matrícula número 188, ocupante do cargo de nível PL“17”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.975, a partir de 16 de setembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1.977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

### PORTARIA NÚMERO 686/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8898, de 12 de setembro de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — revogar a pedido a Portaria número 639/77, de 25 de agosto de 1.977, que autorizou ATANAILDO GURAL, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado ERONDY SILVÉRIO, a prestar serviço extraordinário, a partir de 01 de setembro de 1.977.

II — autorizar o funcionário AUREO GOMES DA SILVA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.977, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 25 de julho de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

### PORTARIA NÚMERO 687/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8874, de 12 de setembro de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar a funcionária ARLETE BELMONT ZEBALLOS, matrícula número 235, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Artigo 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1a. Secretaria, a partir de 01 de setembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 598/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7093, de 21 de julho de 1.977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1o. — Aos funcionários que, em viagem, quando autorizados pelos Membros da Mesa, Titulares das Lideranças ou Diretor Geral, forem deslocados da Assembléia Legislativa, no desempenho de suas funções ou das atribuições que lhe forem conferidas, serão concedidas diárias a título de indenização das despesas relativas a pousada e alimentação, na forma deste Decreto.

§ 1o. — Não se aplica o disposto neste artigo ao funcionário que se deslocar para fora do país ou que estiver servindo no estrangeiro.

§ 2o. — Quando o afastamento for superior a seis (06) e inferior a doze (12) horas, ou quando a distância do local ou natureza do serviço não exigirem a pousada fora da localidade onde tem exercício, o servidor somente fará jus a cinquenta por cento dos valores estabelecidos nos anexos deste Decreto.

Art. 2o. — Nenhum funcionário poderá perceber mais de 120 (cento e vinte) diárias anuais, ressalvados casos especiais, autorizados em processo próprio, pelo Primeiro Secretário.

Art. 3o. — O valor da diária será viável conforme o cargo que o funcionário estiver exercendo e obedecerá o estabelecido nos anexos I e II, deste Decreto.

§ 1o. — As diárias devidas ao Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, serão concedidas e controladas de acordo com o disposto para os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, adotando-se como valor das mesmas a equivalência dos valores fixados nos anexos do presente Decreto, tomando-se por base a faixa do salário mensal em que o servidor se enquadrar, até o limite do valor atribuído ao nível 30.

§ 2o. — As diárias dos funcionários colocados à disposição da Assembléia Legislativa obedecerão os mesmos critérios adotados para os funcionários contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, ressalvando-se o enquadramento em nível constante dos anexos do presente Decreto, quando possível.

§ 3o. — O valor da diária dos motoristas, para efeito de uniformização, é o estabelecido no Anexo Número I.

Art. 4o. — As diárias serão requeridas ao Diretor Geral que após as informações que julgar necessárias determinará a implantação em folha de pagamento.

Parágrafo único — Mediante requerimento ao Diretor Geral, as diárias poderão ser adiantadas até 2/3 (dois terços) da duração presumível do deslocamento do funcionário, com a obrigatoriedade de prestação de contas dentro de quinze (15) dias após a volta do peticionário, sob pena de punição disciplinar.

Art. 5o. — Aquele que, indevidamente, autorizar, conceder diária ou atestar falsamente o deslocamento do servidor para efeito de pagamento de diárias, sem prejuízo das sanções cabíveis e das previstas no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, responderá solidariamente com o servidor pela reposição imediata da importância indevidamente paga.

Art. 6o. — Os valores estabelecidos nos Anexos I e II, serão reajustados, sempre que houver alteração de vencimentos dos funcionários civis do Estado e no mesmo percentual.

Parágrafo único — Na decorrência do disposto neste artigo, o Diretor Geral levará à deliberação da Comissão Executiva as novas tabelas, as quais aprovadas, serão definidas em Portaria, desprezando-se as frações de cruzeiro.

Art. 7o. — Este Decreto entrará em vigor em 01 de agosto de 1.977, revogando-se as disposições que o contrariem.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### ANEXO I

Valores em Cr\$ 1,00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
MOTORISTAS	150	200
1 a 15	150	200
16 a 20	180	240
21 a 25	210	280
26 a 30	270	350
Médicos, Secretários de Comissão, Diretores Adjuntos e Assistentes Técnicos	280	360

#### ANEXO II

Valores em Cr\$ 1,00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
5 - C	190	250
4-C e 3-C	210	280
2-C	280	360
1-C	300	390
Diretores de Departamento e Diretores do G.A.T.	300	390
Diretor Geral	340	450

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 599/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8369, de 25 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em Comissão, ESMERALDA PEREIRA DA SILVA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Otássio Pereira da Silva.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 600/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5791, de 15 de junho de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar, em parte, o Decreto Legislativo número 410/77, de 01 de junho de 1.977, no item I, para declarar que as datas ali apostas como -1 de abril a 04 de maio do corrente, são, na realidade, 05 de abril a 04 de maio, e não como constam daquele ato; e,

II — mandar pagar ao funcionário AMADO ZONATTO, matrícula número 348, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função 2-F e a Função de Representação, por ter exercido as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, no período compreendido entre 24 de março a 05 de abril do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 601/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolo sob o número 8236, de 23 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de EDISON HEIBEL, matrícula número 242, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das

férias referentes ao exercício de 1.976, que deixou de gozar. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 602/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

Art. 1o. – Alterar o artigo 2o. do Decreto Legislativo número 94/77, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2o. – Para efeito do disposto da Lei número 6639/74, os sub-elementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações:

3.0.0.0 – DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 – DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 – PESSOAL

3.1.1.1 – PESSOAL CIVIL

01 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 – Subsídios 4.250,00

02 – DESPESAS VARIÁVEIS

01 – Subsídios Variáveis dos

Deputados 9.050.000

06 – Ajuda de Custo 2.350.000"

Art. 2o. – O § 4o. do art. 5o. do Decreto Legislativo número 94, de 11 de março de 1.977, passa a ter a seguinte redação:

"§ 4o. – As bolsas de estudos deverão ser destinadas até 30 de setembro de 1.977".

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 603/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7432, de 02 de agosto de 1.977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, à MARIA LYDIA RATZK, matrícula número 539, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 20 de agosto de 1.977, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 604/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o No. 7707, de 09 de agosto de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2o. da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO FARIAS, matrícula número 543, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série

de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 605/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8071, de 18 de agosto de 1.977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a RAUL ZIPPERER, matrícula número 522, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 15 de agosto de 1.977, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento, de acordo com o Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 606/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7491, de 03 de agosto de 1.977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, matrícula 048, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 04 de agosto de 1.977, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 607/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7731, de 09 de agosto de 1977, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de AYRTON PRECOMA, matrícula número 511, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de maio de 1972 a 28 de novembro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 608/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7933, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, a SÍLVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula número 227, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Adminis-

trativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de julho de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/09/77.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário